



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO: impasses e perspectivas

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves¹

RESUMO: O presente trabalho é fruto da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado. Trata-se de um ensaio teórico que tem como objetivo problematizar a política de assistência social na Amazônia, tendo em vista as particularidades socioterritoriais da região. Apesar da relevância que foi a incorporação da perspectiva territorial no âmbito da política, os paradigmas que a norteiam são questionáveis. No que tange o território amazônico, tal perspectiva não contempla a realidade regional: a rede de transportes necessária para o deslocamento no território (fluvial, terrestre e aéreo); as diversas distâncias intermunicipais; a diversidade étnico-cultural; o vasto território que abrigam, no mesmo município, diferentes grupos sociais; os conflitos históricos pela propriedade da terra e entre outros. Por este motivo, defende-se a necessidade de olhares diferenciados para a região no âmbito das políticas públicas, em especial a política de assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: Política de assistência social; território; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que a Amazônia possui um vasto território, rico em biodiversidade, fauna e flora. De acordo com Marques (2019), é o maior bioma brasileiro, não sendo fácil delimitá-la e nem identificar quais são as suas reais fronteiras, por dois motivos: primeiro, porque ela ultrapassa as fronteiras do Brasil. Segundo, porque as delimitações mudam de acordo com o critério utilizado (floresta, clima, relevo ou bacia hidrográfica). Além da extensão territorial e de suas riquezas naturais, a região amazônica apresenta uma pluralidade étnico-cultural

¹Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2017). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2020). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS).
E-mail: joyce.sneves@gmail.com.

(quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos, seringueiros, entre outros), advinda do processo de colonização e miscigenação de povos historicamente pauperizados e marginalizados.

A trajetória sócio-histórica da Amazônia é marcada por exploração e apropriação dos recursos naturais para atender aos interesses do capital externo. No período colonial, os indígenas foram recrutados para trabalhar como mão-de-obra na coleta dos produtos da floresta que seriam comercializados na Europa. Os intensos conflitos por terra no período da borracha, entre 1850 e 1920; as políticas desenvolvimentistas, na década de 1960, mais intensamente nas décadas de 1970 e 1980 com os grandes projetos de mineração e construção de hidrelétricas; e entre outros, são particularidades históricas, sociais, econômicas e políticas que peculiarizam as expressões da “questão social” na região (FERNANDES, 2020).

Para fins deste trabalho, baseado em Netto (1992), entende-se o Estado como um aparato funcional ao capitalismo monopolista, operando para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e valorização do capital. Nesta perspectiva, as políticas sociais, enquanto estratégia do estado no enfrentamento das desigualdades sociais, inscritas no bojo da luta de classes, apresentam caráter ambíguo e contraditório. Se por um lado, elas vêm obedecendo à perspectiva excludente e privatista, por outro, são também espaço de expansão de direitos sociais que de outro modo seriam negados às classes subalternas (YAZBEK, 2003).

Este artigo tem como objetivo problematizar a política de assistência social na Amazônia, tendo em vista as particularidades socioterritoriais da região. Para isso, o trabalho foi estruturado em quatro partes: a primeira, apresentará brevemente a categoria território e a dinâmica territorial na Amazônia; a segunda, problematizará a perspectiva territorial no âmbito da política de assistência social; a terceira, versará sobre os desafios da política de assistência social frente às particularidades da região amazônica e, por fim, nas considerações finais, far-se-á um apanhado geral das discussões realizadas.

2. TERRITÓRIO E A DINAMICIDADE TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

No que tange à região amazônica, o entendimento da categoria território é de suma importância, pois trata-se de uma região que possui um território vasto, diverso e complexo, abrigando diferentes grupos sociais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, entre outros). Para fins deste trabalho, o território que será abordado brevemente neste item é o território usado, conceito basilar que compõe os estudos do geógrafo brasileiro Milton Santos.

Segundo Santos (2007), o território não consiste apenas em um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas deve ser entendido como território usado. Sendo que é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social (SANTOS, 2005; 2007). Para o autor, o território usado seria o chão e mais a identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento, pertencer àquilo que nos pertence. Portanto, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255). Desse modo, “(...) o território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

Sinônimo de espaço geográfico, o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. De acordo com Santos e Silveira (2006), ele pode ser definido pela implantação de infraestruturas, denominadas pelos autores como *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Nesse sentido, Santos e Silveira (2006) afirmam que o espaço geográfico é sempre histórico, e sua historicidade deriva da junção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. Portanto, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deve-se levar em consideração a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política.

Considerando a perspectiva de território usado, a urbanização apresenta-se como um importante elemento para compreender a dinamicidade territorial na Amazônia. Alguns autores como Trindade Jr (2011; 2012), Castro (2005; 2006; 2008), Pereira (2006), entre outros, afirmam que o espaço urbano, na região amazônica, é plural. A esse respeito, Castro (2008, p. 26) afirma que “as cidades na Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória”.

De acordo com Castro (2008), a urbanização na Amazônia configurou-se em dois momentos principais aos quais foram definidos a partir da ação do Estado e do mercado: o primeiro remete-se ao período da intensificação da exploração da borracha, entre 1850 e 1920, e o segundo se deu a partir da década de 1960, mais precisamente a partir de 1966, com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980, com os programas governamentais de expansão de fronteira agrícola.

Outro ponto que merece destaque, no que tange à urbanização na Amazônia, é o avanço da fronteira. Castro (2008, p. 23) compreende a fronteira como “um espaço em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam e que participam concomitante do mundo rural e do espaço urbano”. Segundo a autora, as cidades surgidas na fronteira tiveram origens diversas: algumas, de

assentamentos e agrovilas, tornaram-se sedes municipais; outras podem ter surgido como cidades planejadas pelo poder público; cidades formadas em torno de atividades econômicas e de grandes projetos de mineração, energia hidrelétrica e ferroviárias; ou ainda, espontaneamente, às margens das rodovias e ferroviárias, com a chegada dos imigrantes que montavam acampamento improvisado.

Além de compreender a pluralidade urbana na Amazônia, faz-se necessária reflexão também da relação urbano-rural na região. As definições das áreas ditas urbanas e rurais feitas pelos censos estabelecem uma dicotomia entre esses espaços, aos quais está associada a ideia de modernização e desenvolvimento. “O urbano é praticamente representado pela sede municipal, enquanto o rural se define pela diferença e distância do que seja urbano” (GUERRA, 2006, p. 100). Nessa perspectiva, há uma supremacia do urbano em detrimento do rural, uma vez que serviços de infraestrutura, escolas, postos de saúde e outros, de caráter municipal, são potencializados em áreas de concentração populacional, o que reforça a ideia de isolamento das áreas dispersas (GUERRA, 2006).

No que tange o contexto amazônico, Castro e Alonso (2018) afirmam que a compreensão da relação urbano-rural ultrapassa essa estrutura dicotômica e homogenia. Segundo Campos (2013) o urbano e o rural na Amazônia, pela heterogeneidade morfológica que os caracteriza, precisam ser apreendidos no plural. Nesse sentido, Rodrigues, Sibreiro Filho e Oliveira Neto (2018) entendem que o rural-urbano no espaço amazônico necessita ser compreendido como relação, condição e contradição. Como relação, em razão da interpenetração, imbricamento e dialeticidade dos referidos processos. Enquanto condição espacial, mediante a necessidade de pensar-se a reprodução das relações sociais de produção no tempo histórico-geográfico. E, por fim, como contradição, uma vez que, tais processos não estão isentos da interferência das determinações intrínsecas ao desenvolvimento geográfico desigual e suas manifestações socioespaciais.

Com efeito, Rodrigues, Sibreiro Filho e Oliveira Neto (2018) elencam alguns aspectos que consideram relevantes para se pensar as perspectivas teóricas referentes ao rural e urbano na Amazônia. Primeiro, os espaços urbanos e rurais não podem se restringir a critérios meramente quantitativos. Tais requisitos desconsideram um conjunto de relações e subjetividades que povoam os modos de vidas e, portanto, os espaços rurais-urbanos no Brasil e na Amazônia. Além disso, tal percepção desmerece e invisibiliza as comunidades tradicionais, promovendo um processo de homogeneização que empobrece a leitura do campo e da cidade. Outro aspecto importante para compreender as relações e práticas do urbano e do rural na Amazônia é o modo de vida e as intersubjetividades socioterritoriais, sobretudo as comunidades tradicionais. E, por fim, a relação entre os sujeitos e temporalidade que, em muitas situações, são tratadas de forma limitada ou de maneira discriminatória, não correspondendo à realidade. “Rapidez, lentidão, modernidade, atraso, precário, natureza,

artificialidade, técnica etc. São embasados em princípios, quase sempre, neoliberais e/ou capitalistas que promovem uma colonização do instrumental teórico-analítico sobre o urbano e o rural” (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018, p. 264).

Nessa vertente, Guerra (2006, p. 104-105) afirma que “no estuário amazônico, muitos são os municípios que possuem sua concentração populacional no continente e uma população dispersa em ilhas e regiões de difícil acesso, dificultando a visualização do público morador desses espaços”. E a respeito da gestão municipal, diz que, independentemente de serem municípios grandes ou pequenos, a tendência de intervenção do poder público em obras é valorizar áreas de maior concentração populacional, sendo que essa variável torna-se determinante para as ações governamentais. O vasto espaço ocupado por populações rurais, periurbanas, urbanas, perirruais ou ribeirinhas acaba recebendo investimentos secundários e de forma dispersa (GUERRA, 2006). Desse modo, “o que explica a ação governamental nas áreas rurais ou periféricas é a supervalorização dos aspectos econômicos que possam justificar o investimento nelas” (GUERRA, 2006, p. 101). Vale destacar também os impactos ambientais nas áreas ditas urbanas (poluição do ar, da água, sonora, visual e entre outras), os quais são minimizados, tendo como horizonte a modernização e o desenvolvimento territorial.

O entendimento da categoria território, a complexidade territorial na Amazônia, a pluralidade urbana e a relação urbano-rural são elementos essenciais que dará subsídios para compreensão dos desafios da política de assistência social na Amazônia. Dito isso, faz-se necessário apresentar a perspectiva territorial que compõe esta política, tema que será trabalhado no item seguinte.

2. A PERSPECTIVA TERRITORIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com a PNAS, a política de assistência social tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade. É uma política que se operacionaliza em rede e, portanto, tem no território um importante componente para sua formulação e implementação (BRASIL, 2004). “Trata-se do chão como ponto de partida e travessia, e não somente como ponto de chegada das políticas sociais” (KOGA, 2015, p. 38).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2004, p. 33).

Segundo Nascimento e Mellazzo (2013), a incorporação da perspectiva territorial na política de assistência social representou uma mudança paradigmática de relevância. A proteção social, hierarquizada entre as proteções básica e especial, terá, no princípio da

territorialização, possibilidade de orientar suas ações. Na proteção social básica, por exemplo, os serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são planejados com base no território. “O CRAS constitui a principal identidade de serviço socioassistencial no cotidiano do território e busca superar a imagem equipamentista ainda tão presente no universo das políticas sociais brasileiras” (KOGA, 2015, p. 46). A vigilância socioassistencial, enquanto sistema de monitoramento, “é responsável por produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco pessoal/social que incidem sobre as famílias/pessoas e sobre o tipo, o volume e padrões dos serviços socioassistenciais” (FRITZEN; MOSER; PEZZO, 2016, p. 17).

Desse modo, é inegável a relevância que a incorporação da perspectiva territorializada proporcionou às diretrizes da política de assistência social. No entanto, segundo Nascimento e Mellazzo (2013), geralmente, tal territorialização tem sido reduzida apenas a uma de suas dimensões: aquela que trata de articulá-la à lógica da localização e proximidade, assim, os serviços sociais, ao serem implementados próximos ao cidadão, antecipariam respostas às suas necessidades e facilitaria o acesso, perspectiva ao qual os autores denominam de proteção social pró-ativa. Portanto, Nascimento e Mellazzo (2013) reafirmam a importância do fortalecimento do território pensado como localização e elemento essencial para a efetivação do acesso à proteção social.

Koga (2015, p. 24), por outro lado, afirma que “se a gestão socioassistencial está inserida no debate da perspectiva territorial da política de assistência social, então, o trabalho social está igualmente implicado”. Logo, o trabalho social desenvolvido a partir do território, segundo Koga (2015), necessita estar sintonizado com os movimentos que se processam no cotidiano dos lugares onde são ofertados os serviços socioassistenciais, pois, significa incorporar o conhecimento sobre o lugar em que se atua, suas marcas históricas, sua formação socioterritorial, seus principais indicadores socioeconômicos e onde eles se encontram enraizados. Para além dos números cadastrais, importa (re) conhecer as tramas relacionais, as diferentes dinâmicas de vida e os distintos agenciamentos locais – políticos, econômicos, culturais e socioassistenciais (KOGA, 2015, p. 25).

É, portanto, a partir da leitura e interpretação da realidade, no reconhecimento da dinâmica socioterritorial presente no cotidiano, em confronto com as prerrogativas do SUAS, que é possível construir um processo participativo e coletivo do trabalho social (KOGA, 2015).

Mediante as considerações aqui apresentadas, bem como as problematizações feitas no item anterior, apresentar-se-á os principais desafios da assistência social na Amazônia.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PARTICULARIDADE AMAZÔNICA

Pensar as políticas públicas para a Amazônia, no caso, a política de assistência social, bem como consolidá-las, é desafiador. Teixeira (2013) afirma que a região amazônica põe um desafio diferente ao princípio da territorialidade e que sua particularidade regional requer especificidades na leitura da questão social em seu território. A referida autora identifica quatro componentes da particularidade amazônica que produzem intercorrências no trabalho do SUAS, das políticas públicas de modo geral, são elas: a) o território; b) as etnias e seus diferentes paradigmas culturais; c) as tensões, violências e conflitos na Amazônia, que tem sua raiz na propriedade da terra; d) espaços com ausência de referências republicanas.

Teixeira (2013) ainda traz algumas considerações a respeito das particularidades da Amazônia e os aspectos que afetam o trabalho do SUAS, elencando-os em: a) a existência de um vasto território com diversas distâncias intermunicipais e sérios comprometimentos ao processo de trabalho e gestão, inclusive financeiros, o que exigirá que o estado assuma os custos dessa imensa área; b) por sua plural via de deslocamento (fluviais, aéreos e terrestres) com implicações de espaço/tempo. Em algumas ocasiões, por exemplo, se deslocar requer uma rede de transporte, sendo que até determinado ponto utiliza-se o barco, seguindo-se mais adiante por terra; c) as diversas formas de trabalho, ocupação e estrutura familiar no território amazônico (famílias ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, indígenas, garimpeiros e entre outros); d) há uma dispersão e interpenetração no universo florestal amazônico, espaços contendo muitos usuários/cidadãos que necessitam do SUAS; e) o desafio de construir uma rede de serviços na área da comunicação acessível para todos. Podendo, todos esses componentes, dificultar, mas também potencializar a gestão e o trabalho no SUAS (TEIXEIRA, 2013).

Teixeira (2013) também destaca a noção de rede socioassistencial, que não deve se limitar à relação esfera pública *versus* entidades da sociedade civil, mas sim abranger todo o conjunto da logística de atendimento no interior da própria esfera pública. Caso contrário, a Amazônia enfrentará sérios problemas. Além disso, a autora destaca o caráter multiétnico e pluricultural, no qual, a proteção social necessita reconhecer as etnias e agrupamentos sociais como coletivos, sujeitos de direitos, e suas culturas, como protagonistas na história de resistência da Amazônia.

A respeito da particularidade amazônica no âmbito das políticas públicas, Campos (2013), afirma que o tratamento de suas especificidades requer atenção redobrada ao serem incorporadas no plano nacional. Ainda, de acordo com o autor, o encontro entre mundos diferentes pode resultar em um relacionamento desequilibrado entre desiguais. Nesse caso, o mundo não hegemônico tem muito a “receber” do outro, o que também implica na possibilidade concreta de perder muito de si e aniquilar-se. (CAMPOS, 2013).

Fernandes (2020), em sua pesquisa “Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA”,

identificou que as áreas de ilha, localidades distantes e de difícil acesso, impõe grandes desafios para a operacionalização da política de assistência social. De acordo com a autora, o território de Barcarena é um mosaico composto por áreas ditas urbanas, rurais, estradas, ilhas, entre outros. Nesta perspectiva, o deslocamento no município é feito por uma rede de transportes (terrestre e fluvial). Para possibilitar o acesso aos serviços da política de assistência social aos moradores da Ilha das Onças é necessário planejamento das ações, agendamento prévio da lancha, articulação com os Agentes Comunitários de Saúde e/ou lideranças comunitárias para mobilização da população, além de verificar o fenômeno da maré que incide diretamente no planejamento da equipe técnica dos CRAS.

Nessa vertente, Teixeira (2008) afirma que as políticas públicas destinadas à Amazônia continuam revelando uma padronização que homogeneiza a realidade brasileira nos moldes das referências sul/sudeste, onde as práticas de uma única cultura impõem-se como referência no planejamento dos ministérios, engessando a autonomia de estados e municípios. No que tange à política de assistência social, Teixeira (2008) alega que a descentralização gerou uma expectativa e oportunidade de retirar a região amazônica dessa padronização, no entanto, para que isso ocorresse, a descentralização deveria ultrapassar as dimensões político-administrativas, ela deveria passar por uma fiscalização, o que não ocorreu. Ademais, afirma que os recursos destinados à Amazônia, além de escassos, continuam centralizados, e somente são liberados para a aprovação de projetos com base em critérios nacionais padronizados. A esse respeito, Fernandes (2020) identificou repasses irregulares do governo federal no financiamento dos serviços socioassistenciais em Barcarena, apresenta-se como a principal dificuldade para gestão. Na ausência do recurso recorre-se ao fundo municipal, este por sua vez é insuficiente para suprir as demandas. Diante disso, a redução dos gastos é a estratégia utilizada para manter minimamente os serviços. Os cortes na política são sentidos não somente pela gestão e equipe técnica, mas também pelos seus usuários, que são fortemente impactados. Por este motivo, a referida autora defende a necessidade de olhares diferenciados para a região amazônica, bem como um financiamento que seja proporcional à manutenção das políticas públicas no território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo problematizar a política de assistência social na Amazônia, tendo em vista as particularidades socioterritoriais da região. É importante destacar que o desenvolvimento do capitalismo na região se deu de maneira diferenciada das demais regiões do Brasil. A integração da Amazônia no plano nacional e internacional deu-se de forma atrasada e subalterna. A medida em que o capital foi avançando na região,

apropriando-se dos recursos naturais, as relações socioespaciais foram transformadas e, com isso, as expressões da “questão social” foram particularizando-se.

A partir das reflexões tecidas aqui, observa-se que há um descompasso entre as políticas públicas destinadas à região e o atendimento de suas demandas, isso porque as políticas em âmbito federal são padronizadas e homogeneizadas sob os moldes das regiões sul/sudeste, onde as práticas de uma única cultura impõem-se como referência (TEIXEIRA, 2008). Assim, ao desconsiderar as particularidades históricas, sociais, territoriais, políticas e culturais da região amazônica, as estratégias e ações de enfrentamento da “questão social” na Amazônia serão sempre insuficientes para responder as demandas da região. No caso da política de assistência social, constatou-se que os marcos conceituais que norteiam a perspectiva territorial nas normativas do SUAS não contemplam a particularidade amazônica, pois a complexidade do território amazônico ultrapassa as prerrogativas estabelecidas nas legislações da política. Além disso, as demandas amazônicas apresentadas à política de assistência social exigem custos diferenciados para operacionalizá-la no território, sendo elas: a diversidade territorial, a rede de transporte necessária para se locomover em determinadas localidades, o vasto território que abrigam, no mesmo município, diferentes grupos sociais, a pluralidade étnico-cultural, população dispersa em áreas isoladas, entre outras.

A Amazônia é heterogênea, plural, territorialmente vasta, socialmente diversa e politicamente complexa (CAMPOS, 2013). Por isso, ao incorporá-la ao plano nacional, sobretudo no âmbito das políticas públicas, é necessário pensá-la a partir de suas especificidades, caso contrário, agravam-se as desigualdades regionais historicamente existentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF, 2004.

CAMPOS, Edval Bernardino. As sociedades Amazônicas e o SUAS. In: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social**. 1º. Ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. P. 31-51.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In*: CASTRO, E. (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-39.

CASTRO, E.; SANTOS, M. A. Belém de águas e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície. *In*: CASTRO, E. (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara. Simbologia do rural-urbano na floresta amazônica: políticas, mediações e identidades. **Paper do NAEA nº 387**. Universidade Federal do Pará: Belém, 2018. Pág. 1-21. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/476>. Acesso em: 27 mar. 2019.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves. **Política de Assistência Social na Amazônia:** problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). **O rural e o urbano na Amazônia:** diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 97-111.

KOGA, Dirce Harue Ueno. **Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Referência: Projeto PNUD BRA/12/006. Maio de 2015

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia:** riqueza, degradação e saque. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NASCIMENTO, Paula Fonseca do; MELLAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, v. 16, n.1, p. 66-88, jul./dez. 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5695>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SANTOS, M. **O dinheiro e o território.** In: SANTOS, M.; BECKER, B. (org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SANTOS, M. **O retorno do território.** Debates, Buenos Aires, CLACSO, ano 6, n. 16, p. 251-261, jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A Amazônia e a interface com o SUAS. In: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). **Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social.** 1º. Ed. Belém: ICESA/UFPA, 2013. P. 12-29.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta** da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 21, p.141-152, UERJ: 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/94/86>. Acesso em: 29 mar. 2020

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 4º ed. São Paulo: Cortez, 2003.